

O TEMPO DE TRABALHO NA «CRISE» DO SÉCULO XIV:
do tempo medieval ao tempo moderno (*)

Autor: Jacques le Goff
"para um novo conceito de idade média"
(tempo, trabalho e cultura no ocidente)
Imprensa Universitária - Editorial Estampa

Firenza, dentro della cerchia antica, ond'ella toglie ancora e terza e nona, si stava in pace, sobria e pudica.
(Dante, *Divina Commedia, Paradiso, XV, 97-99*)

Comentou-se, até à saciedade, duas passagens da Divina Comédia, onde se procurou — parece que em vão — uma descrição do relógio mecânico (*). Prestou-se menos atenção aos versos do canto XV do Paraíso que, no entanto, apresentam a medida do tempo no seu verdadeiro contexto histórico: não o da técnica, mas o da sociedade global (*). Pela boca de Cacciaguida, Dante, esse *laudator temporis acti* (*), faz do velho sino da Badia, sobre os *mura vecchie* dos séculos XI e XII, que soava *terce e none* e marcava o princípio e o fim do dia do trabalho em Florença (*), o símbolo, a própria expressão de uma época, de uma sociedade — nas suas estruturas económicas, sociais e mentais.

Ora, nessa Florença que muda e se expande, a partir de 1284, no círculo novo dos *mura nuove*, o velho sino, voz de um mundo que morre,

(*) Estas páginas são a elaboração de uma comunicação apresentada à Sociedade Tomista no âmbito de um colóquio sobre *O tempo vivido do homem medieval*. Agradeço ao R. P. Hubert haver-me autorizado a publicá-las aqui bem como a todos os que, na discussão do trabalho, me dirigiram preciosas observações, nomeadamente ao R. P. de Contenson, e aos Srs. Bautier, Beaujouan, Dufeil, Glénisson, Lefèvre. Sobre a passagem do tempo medieval ao tempo moderno, cfr. os recentes estudos de S. Stelling-Michaud, sob o título «Quelques aspects du problème du temps au Moyen Age», *Études Suisses d'histoire Générale*, vol. XVII, 1959; J. Le Goff, «Au Moyen Age: Temps de l'Eglise et temps du marchand», *supra*, p. 46; Ph. Wolff, «Le temps et sa mesure au Moyen Age», *ibidem*, 1962. (*) *Paradiso, X e XXIV.*

(*) Cfr. E. M. Casolini, O. S. M., «Condizioni economiche a Firenze negli anni 1286-89», *Studi Storici O. S. M.*, 1960.

(*) Sobre o carácter reaccionário de Dante, cfr. nomeadamente H. Baron, «A sociological interpretation of the early Renaissance in Florence», *The South Atlantic Quarterly*, t. XXXVIII, 1939, p. 432.

(*) Cfr. *Divina Commedia*, ed. e coment. de Tommaso Casini, 5.ª ed., 1907, p. 682.

(1)

2404-516

Reza Maria Louisa

- 17 -

irá ceder a palavra a uma voz nova — o relógio de 1354. De um até ao outro, o que muda então?

Há setenta anos, Gustav Biffinger, num livro pioneiro⁽¹⁾, notava que a história das técnicas é imponente para explicar, só por si, a passagem do tempo medieval para o tempo moderno: «*A par do ponto de vista da história das técnicas, devemos tomar em consideração o ponto de vista da história social, da história cultural. Porque a passagem não é apenas da hora antiga para a hora moderna, mas também a passagem de uma divisão eclesiástica do tempo para uma divisão laica do tempo.*»⁽²⁾

Qual é, pois, na sociedade laica, o meio que carece de tal mudança — fundamental porque é toda a sociedade que muda com a transformação do quadro e do ritmo temporais?

Gustav Biffinger respondera já: é a sociedade urbana. Eu desejaria apenas, por certas notas e pelo recordar de alguns factos e documentos, chamar aqui a atenção para uma das principais necessidades que, no século XIV, levaram a sociedade urbana a modificar a medida do tempo, quer dizer, o próprio tempo: a necessidade de adaptar-se à evolução económica, mais precisamente às condições do trabalho urbano.

No Ocidente medieval, a unidade de tempo de trabalho é o dia, de início o dia do trabalho rural que encontramos na terminologia metrológica — o *diário* de terra — e, à sua imagem, dia de trabalho urbano, definido pela referência mutável ao tempo natural, do *levantar ao pôr do sol*, e marcado, aproximadamente, pelo tempo religioso, o tempo das *horas canonicas*, tirado da Antiguidade romana⁽³⁾.

Neste quadro, poucos são os conflitos em volta do tempo do trabalho, a não ser num ponto particular: o trabalho nocturno. Neste contexto natural e rural, o trabalho nocturno é uma espécie de heresia urbana, em geral sancionada por interdição e multas. Apesar da complexidade do problema, é também, como Gunnar Mickwitz muito bem observou⁽⁴⁾, um aspecto do sistema malthusiano das corporações.

Resumindo: o tempo do trabalho é o tempo de uma economia ainda dominada pelos ritmos agrários, sem pressas, sem preocupações de exactidão, sem inquietações de produtividade — e o de uma sociedade

⁽¹⁾ *Die mittelalterlichen Horen und die modernen Stunden. Ein Beitrag zur Kulturgeschichte, 1892.*

⁽²⁾ *Obra citada, p. 142.*

⁽³⁾ Sobre a ligação entre tempo da Igreja e o tempo do camponês recordemos a etimologia fantasista de Jean de Garlande em princípios do século XIII (*Dictionary*, ed. Géraud, p. 590): *campans dicuntur a runcis que habitant in campo, qui nesciant iudicare horas nisi per campanas.*

⁽⁴⁾ «Die Kartellfunktionen der Zünfte und ihre Bedeutung bei der Entstehung des Zunftwesens», *Societas Scientiarum Fennica Commentationes Humaniorum Litterarum*, VIII, 3, 1936, pp. 88-90.

à sua imagem, *sóbria e puzica*, sem grandes apetites, pouco exigente, pouco capaz de esforços quantitativos.

Uma só evolução talvez se deu, e que foi pouco notada. Verificou-se que, desde o século X até finais do século XIII, evolui um elemento da cronologia diurna: *none*, primeiro situada por volta das nossas actuais duas horas da tarde, avança lentamente até fixar-se mais ou menos no meio-dia⁽¹⁾. Tem-se atribuído a responsabilidade desta mudança ao meio monástico que cada vez suportava com mais impaciência esperar tanto tempo, num dia que começava antes da madrugada, o momento da refeição e do repouso. Assim, o avanço insidioso da *none* seria um aspecto da decadência monástica, explicação que não vejo confirmada pelos documentos e me parece gratuita. Sem poder documentá-la melhor, uma outra hipótese me parece mais plausível. *None* é também a pausa do trabalhador na oficina urbana submetida ao tempo clerical dos sinos⁽²⁾. É aqui que podemos imaginar uma pressão mais verosímil, que culminará, pela deslocação da *none*, na importante criação de uma subdivisão do tempo do trabalho; o meio-dia, que irá de resto reforçar-se no século XIV⁽³⁾.

Ora, a partir de finais do século XIII, este tempo de trabalho é posto em causa e entra em crise. Ofensiva do trabalho nocturno, sobretudo dureza na definição, na medida, na prática do dia laboral, conflitos sociais, enfim, em redor da duração do trabalho. Assim se manifesta, neste domínio, a crise geral do século XIV — progresso de conjunto através de graves dificuldades de adaptação⁽⁴⁾. Conforme se dá com o resto, o tempo laboral transforma-se, define-se, torna-se mais eficaz, não sem dificuldade.

Curiosamente, vê-se, a princípio, os próprios operários pedirem o prolongamento do dia laboral. É, de facto, um meio de aumentarem os salários, é, diremos hoje, a reivindicação de horas suplementares.

Um decreto de Arras, em Janeiro de 1315, frisa-o bem; nele aparece uma comissão mista de delegados dos mestres tecelões e dos ajudantes dos pisceiros a dar razão a uma reclamação destes últimos, que desejavam dias de trabalho mais longos e salários mais elevados⁽⁵⁾.

Sem dúvida, dá-se a esta reivindicação uma razão técnica: o aumento de peso e das dimensões dos tecidos. Mas podemos legitimamente supor que, de maneira geral, há nisto um primeiro expediente adoptado pelos tra-

⁽¹⁾ Daqui o meio-dia inglês noon.

⁽²⁾ Cfr. E. M. Casalini, *loc. cit.*

⁽³⁾ Cfr. D. Knoop e G. P. Jones, *The Mediaeval Mason*, 1949, p. 117.

⁽⁴⁾ Não acredito numa depressão absoluta no século XIV. Cfr. E. A. Kosminsky: «Podemos considerar o século XIV e o século XV como a época da decadência da economia europeia?», *Studi in onore di Armando Sapori*, t. I, 1957.

⁽⁵⁾ G. Espinas e H. Pirenne, *Recueil de documents relatifs à l'histoire de l'industrie drapière en Flandre*, t. I, 1906, p. 200.

balhadores para aliviar a crise dos salários — sem dúvida ligada à alta dos preços e à deterioração dos salários reais, como resultado das primeiras mutações monetárias. Vemos assim Filipe o Belo autorizar o trabalho nocturno; e a sua ordenação é confirmada por Gilles Haquin, preboste de Paris, a 19 de Janeiro de 1322⁽¹⁾.

Mas depressa surge uma reivindicação contrária. Os patrões — os fornecedores de trabalho — na verdade, perante a crise, procuram por seu lado regularizar muito rigorosamente o dia de trabalho e lutar contra as evasivas dos trabalhadores neste campo. Multiplicam-se então os sinos de trabalho que Biffinger apontara já⁽²⁾. Destes *Werkglocken* recordemos alguns exemplos.

Em 1324, em Gand, o abade de S. Pedro autoriza os piseiros a mandarem colocar um sino no hospício recém-fundado por eles, perto de Hoipoorte, na paróquia de S. João⁽³⁾.

Em Amiens, a 24 de Abril de 1335, Filipe VI defere o pedido do presidente da Câmara e dos vereadores que desejavam «que pudessem fazer uma ordem pela qual os trabalhadores da dita vila e arredores se regulassem para irem nos dias de trabalho ao seu trabalho pela manhã; a que horas deverão comer e quando deverão retomar o seu trabalho depois de comer; e também à tarde, quando deverão deixar a obra; e que por essa dita ordenança pudessem pôr um sino na torre da dita cidade que fosse diferente dos outros sinos...»⁽⁴⁾

No fim desse mesmo ano de 1335, o baillio de Amiens ratifica o desejo da almotacaria de que o toque do sino novo sirva para uma nova regulamentação dos três mestres da tecelagem — pois isso existe já, conforme se revelou por um inquérito feito em Douai, Saint-Omer, Montreuil e Abbeville — dado que as antigas ordenações sobre as horas de trabalho estavam corrompidas⁽⁵⁾.

Em Aire-sur-la-Lys, a 15 de Agosto de 1335, Jean de Picquigny, governador do condado d'Artois, permite ao maior, aos almotacés e à comunidade da cidade construírem uma torre com um sino especial, por causa do *mester de tecelagem e outros mestres em que convém vários operários ao dia indo e vindo ao trabalho a certas horas...*⁽⁶⁾

A nossa pesquisa não é certamente exaustiva, mas chega para indicar que o problema da duração do dia laboral é, sobretudo, agudo no sector têxtil, sector onde a crise é mais sensível e onde a parte dos salários

⁽¹⁾ R. de Lespinasse, *Les Mériers et corporations de Paris*, 1886, 1.ª parte, p. 1.

⁽²⁾ *Obra citada*, pp. 163-164.

⁽³⁾ G. Espinas e H. Pirenne, *obra citada*, II, pp. 411-412.

⁽⁴⁾ *Recueil des monuments inédits de l'histoire au tiers état*, t. I, de A. Thierry, pp. 456-457.

⁽⁵⁾ G. Espinas e H. Pirenne, *Obra citada*, t. II, pp. 230-233.

⁽⁶⁾ *Ibidem*, t. I, p. 6.

no preço de custo e nos lucros dos patrões é considerável. Assim, a vulnerabilidade à crise deste sector de ponta na economia medieval⁽⁷⁾ faz dele o campo de eleição de um progresso na organização do trabalho.

O texto respeitante a Aire é claro quando explica a necessidade do novo sino porque a dita cidade é governada pelo *mestier de tecelagem*... Confirmação a contrario: onde a tecelagem não tem posição dominante, não se vê aparecer o *Werkglocke*. Fagniez havia-o justamente notado em relação a Paris⁽⁸⁾.

Assim, pelo menos nas cidades têxteis, abate-se sobre elas um novo tempo, o tempo dos teceões. Porque este tempo é o tempo do domínio de uma categoria social. É o tempo dos novos mestres⁽⁹⁾. É o tempo de um grupo atingido pela crise, porém numa conjuntura de ascensão social.

De resto, este tempo novo cedo se torna motivo de renhidos conflitos sociais. Agitação social e emoções dos trabalhadores têm, daqui em diante, a finalidade de fazer calar os *Werkglocke*.

Em Gand, a 6 de Dezembro de 1349, uma decisão dos almotacés manda que os teceões regressem à cidade num prazo de oito dias, mas permitte-lhes que, de futuro, acabem o seu trabalho às horas que quiserem⁽¹⁰⁾.

Em Thérouvanne, no dia 16 de Março de 1367, o deão e o capitão têm de prometer aos operários, piseiros e demais genies mecánicas que mandem suspender para sempre o toque do sino dos trabalhadores, para que por sua causa não nasça mais escândalo nem conflito na cidade e na igreja⁽¹¹⁾.

Perante tais revoltas, a burguesia têxtil protege o sino do trabalho, tomando medidas, mais ou menos drásticas. Primeiro, por multas. Em Gand, entre 1358 e 1362, aos trabalhadores da lã que não se conformaram com as imposições da *Werkglocke* foram aplicadas multas⁽¹²⁾. Em Commines, em 1361, todo o teceão que trabalhe depois do sino da manhã ter tocado cada um terá de multa cinco soldados parisienses⁽¹³⁾.

Mas, aqui, a questão do sino é bem evidente. Se os operários se apoderassem deste sino para com ele dar o sinal de revolta,

⁽⁷⁾ Só penso aqui no papel da indústria têxtil no progresso de certas técnicas delicadas da organização económica medieval. Partec-meia exagerado fazer disso, como alguns autores, o motor do progresso económico medieval. O *take off* da economia medieval produziu-se em dois sectores de base — não de ponta: a terra e a construção.

⁽⁸⁾ G. Fagniez, *Études sur l'industrie et la classe industrielle à Paris au XIII^e et au XIV^e siècles*, 1877, p. 84.

⁽⁹⁾ Sobre medidas e história social, cfr.: o artigo exemplar de W. Kula, «La métrologie historique et la lutte des classes: l'exemple de la Pologne au XVIII^e siècle», *Studi in onore di Amintore Fanfani*, 1962, t. V.

⁽¹⁰⁾ G. Espinas e Henri Pirenne, *obra citada*, II, p. 471.

⁽¹¹⁾ *Ibidem*, t. III, p. 395.

⁽¹²⁾ *Ibidem*, t. II, p. 596.

as mais pesadas penas os atingiriam: multa de sessenta libras parisienses para aqueles que fizessem tanger o sino para ajuntar povo — a arma do povo — ou outras armas; para os que tangessem este sino com o fim de chamar à revolta contra o rei, os almotacés ou empregado encarregado do sino, seria a pena de morte (*será com perigo de vida...*)^(*).

No final deste século e em princípios do seguinte, vê-se nitidamente que a duração do dia de trabalho é o motivo das lutas operárias.

Documentos célebres mostram-nos de que maneira uma categoria operária original, categoria particularmente combativa^(*), sobretudo no meio urbano ou suburbano, nesse tempo em que havia vinhas nas cidades ou nos arredores, os vinhateiros à jorna, mantinham contra os patrões (senhores, eclesiásticos e burgueses) uma luta para a redução do dia de trabalho, luta que tem a sua culminância num processo levado ao Parlamento de Paris^(*).

Também os documentos de arquivos^(*) nos provam haver-se dado conflitos reais que a ordenação do preboste de Paris, do dia 12 de Maio de 1395, nos deixa prever: *porque... vários homens dos mesieres, como tecelões de panos, pisotoiros, lavadores, pedreiros, carpinteiros e muitos outros trabalhadores e moradores de Paris se esforçaram e esforçam por ir à tarefa e de deixar o trabalho a tais horas, ou que se façam pagar dos seus dias tanto como se trabalhassem todo o dia...* o preboste recorda que o dia de trabalho está fixado entre as horas do nascer do sol até à hora do poente, tomando elas as refeições a horas convenientes^(*).

Os documentos de Auxerre e de Sens, mesmo admitindo estarmos em presença de uma categoria especial, permitem-nos de resto compreender a finalidade dos trabalhadores, na luta para serem senhores do seu tempo de trabalho; tratava-se, sem dúvida, no fundo de tudo, do desejo de serem protegidos contra a tirania patronal nesse domínio, e mais precisamente de verem delimitado, ao lado do tempo laboral, um tempo

(*) *Ordonnances des Rois de France...*, t. IV, p. 209.

(*) Sobre o papel revolucionário deste meio, cfr. nomeadamente E. Labrousse, *La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution*, I, 1943, pp. 592 e segs.

(*) Cfr. Ed. Maugis, «La journée de 8 heures et les vigneronns de Sens et d'Auxerre devant le Parlement en 1383-1393», *Revue historique*, t. CXLV, 1924; I. M. Delafosse, «Notes d'histoire sociale. Les vigneronns d'Auxerrois (XIV-XV siècles)», *Annales de Bourgogne*, 1848.

(*) Cfr. as referências a actos parlamentares citados por B. Geremek, *Le salariat dans l'artisanat parisien aux XIII-XV siècles. Etude sur le marché de la main-d'œuvre au Moyen-Age*, Paris, 1968.

(*) R. de Lespinasse, obra citada, p. 52.

de descanso^(*); e, ao lado do trabalho assalariado regulamentado, um tempo para o trabalho pessoal ou para o trabalho negro^(*).

A esta pressão do tempo de trabalho na metamorfose do tempo social, há todavia que pôr restrições.

Em geral trata-se primeiramente de um tempo urbano correspondendo a mais largas necessidades que as da organização do trabalho. Sem dúvida, as necessidades económicas estão à frente nas preocupações citadinas: aqui e ali vemos aparecer um sino do mercado, um sino dos cereais, etc.^(*). A preocupação com a defesa urbana — um toque a rebate na comuna — é também primordial: recolher (*ignitgium*), sino de patrulha. No texto citado por Aire, em 1355, diz-se claramente que a *torre do sino* que os almotacés mandaram construir e onde pedem para colocar o sino de trabalho foi primeiro feita *para a defesa da dita cidade ai subir ao pôr do sol, tocar as vésperas e por ai avisar os perigos e inconvenientes que poderiam vir à dita cidade por culpa de malfeteiros ou outros*.

Mais ainda, é a *campana bannalis, campana communitatis, bancloche*, que chama os burgueses à defesa ou à administração da sua cidade, por vezes sino do juramento (*Eidglocke* de Durlach) ou sino do conselho (*Ratsglocke*)^(*).

(*) O decreto do Parlamento de Paris para Auxerre, de 26 de Junho de 1393, declara: *...suum opus relinquentes, quidam eorum ad proprias residuis horis diei ad laborem magis propiciis et habilitioribus omnino (ou outtios) pervagando* (citado por E. Maugis, loc. cit., p. 217).

(*) Além do texto precedente, cfr. esta passagem da ordenação de Carlos VI para Sens, em Julho de 1383: *ils délaissent leur ouvrage et se parient entre midi et none ou environ, spécialement leur ouvrage de temps avant que le soleil soit couché, et vont ouvrir en leurs vignes ou en leurs tâches, là où ils besoignent et exploitent avant d'ouvrir leurs journées; et qui plus est, en ouvrant à journées, ils se soignent et espargnent, sans faire leur devoir, afin qu'ils soient plus fors et moins travailliez pour ouvrir es lieux où ils vont après leur parlement* (*ibid.*, p. 210).

(*) G. Biffinger, *op. cit.*, pp. 163-164. Nem sempre devemos interpretar, num sentido estritamente económico, a designação dos sinos. Por isso, J. Rouyer, no seu estudo: *Aperçu historique sur deux cloches du beffroi d'Aire. La bancloche et le vigneron*, pensara haver encontrado nesta segunda designação uma referência a uma hipotética cultura da vinha na região d'Aire. Trata-se, muito simplesmente, do sino que subtrai o pegoiro de vinho cujo grito marcava por vezes o fim da jornada de trabalho; o mesmo se dava com os pisotoiros de Paris, no século XIII, *qui laissent oeuvre à la nuit de l'Ascension quant le crierie portent vin*, e na véspera de certas festas, *si tost que li premier crierie de vin vont* (*Le Livre des Métiers d'Etienne Boileau*, ed. R. de Lespinasse et F. Bonnardot, pp. 108-109).

(*) A destruição ou o retirar do sino comunal podia ser, com todo o seu alcance simbólico, o castigo aplicado a uma cidade revoltada, como para os nobres ou os particulares condenados o era o confisco da

Mas o que o sino de trabalho ou a utilização do sino urbano para o trabalho traz de novidade é, evidentemente, a substituição de um tempo *factuel* que só episodicamente se manifesta por um tempo da igreja pelas horas *certaines* de que falam os burgueses de Aire. Tempo, não de cataclismo ou de festa, mas tempo do quotidiano, sistema cronológico que aprisiona, que enquadra a vida urbana.

As exigências de um trabalho melhor medido — num século em que o quantitativo faz a sua tímida aparição nas estruturas administrativas e mentais (*) — são pois factor importante do processo de laicização, de que o desaparecimento do monopólio dos sinos das igrejas para medição do tempo é bem um sinal primordial. Mas também aqui não devemos opor demasiado brutalmente — apesar da importância da mudança — um tempo laico a um tempo religioso. Por vezes, observamos a coexistência dos dois sinos, sem defrontação ou hostilidade. Apareceu em York, por exemplo, no próprio terreno da catedral, entre 1352 e 1370, um sino de trabalho que desobriga os sinos da igreja (**) desta função. Não esqueçamos também que ainda aqui a Igreja tomou a iniciativa. O meio monástico sobretudo — voltaremos a vê-lo — foi o grande mestre do *emprego do tempo*. As cidades que atingiam o conselho, o almoitacé que respondia tardiamente à chamada do sino urbano, com multa, não faziam mais que imitar as comunidades monásticas que castigavam o monge retardatário. O severo Colombano castigava o retardatário para a oração com o canto de cinquenta salmos ou com a aplicação de cinquenta chicotadas. São Bento, mais indulgente, contentava-se em mandar pôr o culpado *de carigo* (**).

Todavia, o sino de trabalho, impulsionado sem dívida por cordas, quer dizer à mão, não apresenta qualquer inovação técnica. Ora o progresso decisivo para marcar as horas *certaines* é, evidentemente, a invenção e a difusão do relógio mecânico, do sistema de escape que dá enfim a hora em sentido matemático, a vigésima quarta parte do dia. Não há dúvida que foi o século XIV que franqueou esta etapa essencial. O princípio da

(*) Sobre a destruição do castelo-forte. Isto teria feito, em 1179, Philippe d'Alsácia em Hesdin: *Como Flandrensis Philippus Sancti Quintini et de Parona castro graviter affixit, eorumque civet obediens, et persequutione diu multumque humilavit. Hesiniensibus republicae dignitatem abstulit; campanam communiae apud Ariam transmissit, et quosdam pro interfectione culisdam de turri praecipitari iussit* (*Chronicon Andrensis Monasterii* apud Achery, *Spicilegium*, t. II, 817).

(**) Com o progresso dos sistemas fiscaes as premissas de um espírito estatístico surgem no século XIV. Como se sabe, ficou famoso neste domínio Giovanni Villani.

(*) Cfr. L. F. Sabman, *Building in England down to 1340*, 1952, pp. 61-62.

(*) *Sancit Benedicli Regula Monachorum*, ed. Dom Philibert Schmitz, 1946, cap. XLIII: *De his qui ad opus Dei vel ad mensam tarde occurrunt*, pp. 64-66.

invenção está adquirido em finais do século XIII, mas só no segundo quartel do século XIV se assiste à sua aplicação nesses relógios urbanos, cuja área geográfica é bem a das grandes zonas urbanas: Itália do norte, Catalunha, França setentrional, Inglaterra meridional, Flandres, Alemanha — e uma pesquiza mais profunda permitir-nos-ia talvez apercebermo-nos que as regiões da indústria têxtil em crise e a área de difusão dos relógios mecânicos se sobrepoem (**). É desde a Lombardia à Normandia que se adopta a hora de sessenta minutos que, na alvorada da época pré-industrial, toma o lugar do dia como unidade de tempo de trabalho (**).

Também aqui não devemos exagerar. Por muito tempo ainda, o tempo ligado aos ritmos naturais, à actividade agrária, à prática religiosa, continua a ser o quadro temporal mais importante. Os homens do Renascimento — sejam quem forem — continuam a viver num tempo incerto (*), tempo não unificado, ainda urbano e não nacional, desfasado em relação às estruturas estatais que se vão formando, tempo das *marchas urbanas*. Caracteriza-se pela diversidade do ponto de partida do tempo novo, a hora zero dos relógios: aqui meio-dia, acolá meia-noite, o que não é grave; mas quase sempre é o nascer e o pôr do Sol que o marca ainda, de tal modo o tempo pré-industrial tem dificuldade em separar-se do tempo natural. Montaigne, em *Voyage en Italie*, depois de outros viajantes dos séculos XV e XVI, nota a confusão, a desordem que nasce deste tempo com origem variável de uma cidade para outra (**).

Além disso, as novidades mecânicas, até Huygens, são frágeis, capriciosas, irregulares. O novo tempo tem muitas falhas e o relógio urbano está frequentemente avariado (*). Mais que um utensílio da vida quotidiana, o relógio é ainda uma maravilha (**), um ornamento, um brinquedo

(*) Parece esboçar-se sobretudo duas grandes zonas: a da Itália setentrional e central e aquela que H. Ammann define como o domínio da *Technindustrie Nordwesteuropas* (cfr. *Historische Geschichtsblätter*, 72, 1954).

(**) Sobre o aparecimento dos relógios, como se sabe, é ímpens a bibliografia. Cfr. A. P. Usher, *A History of mechanical Inventions*, 2.ª ed., 1954. Sobre o famoso relógio da catedral de Bourges, o trabalho particularmente interessante de E. Pouille, *Un constructeur d'instruments astronomiques au XV siècle: Jean Fusoris*, 1963, pp. 95-98.

(*) Cfr. R. Mandrou, *Introduction à la France Moderne*, 1961, com a revolução industrial, a revolução dos transportes (horários e indutores de caminhos de ferro impõem a hora unificada) e o estabelecimento dos fusos horários. Virão depois rapidamente a era do minuto, depois do segundo, depois dos cronómetros. Um dos primeiros testemunhos literários do tempo unificado: *A Volta ao Mundo em 80 Dias* de Júlio Verne (1873).

(**) Cfr. J. Vieillard, «Horloges et horlogers catalans à la fin du Moyen Age», *Bulletin Hispanique*, t. LXIII, 1961. Mas o autor, a propósito destes reparos, sublinha a existência de relójeiros especializados — donde uma certa difusão do relógio.

de que a cidade se orgulha. Pertence ao ornamento urbano, ao prestígio mais do que à utilidade.

Mais ainda, este tempo novo, sobretudo nascido das necessidades de uma burguesia de «adores de trabalho», preocupados, perante a crise, em medir melhor o tempo do trabalho, que é o dos seus lucros⁽⁴⁸⁾, depressa é açambarcado pelas forças superiores. Instrumento de domínio é, para os grandes senhores e os príncipes, objecto de diversão mas também símbolo de poder⁽⁴⁹⁾. Pode ainda ser mais que isto, quando se torna — num quadro urbano, mas o de uma capital — sinal eficaz de governo: em 1370, Carlos V ordena que todos os sinos de Paris se regulem pelo relógio do palácio real, que bate as horas e os quartos de hora. O tempo novo torna-se então o tempo do Estado. O soberano, leitor de Aristóteles, domesticou o tempo racionalizado.

A despeito de todas as imperfeições e de todos os limites destas mudanças, o abalo do quadro cronológico que o século XIV apresenta é, do mesmo modo, um abalo mental, espiritual.

Talvez fosse necessário procurar na própria ciência, quer dizer, na escolástica científica, o aparecimento de uma nova concepção do tempo, de um tempo que já não é uma essência mas uma forma conceptual, ao serviço do espirito que o utiliza segundo as suas necessidades, pode dividi-lo, medi-lo — um tempo descontinuo. A interrogação: *Tem o tempo existência fora do espirito?* Pierre Auriol responde que o tempo mais não é que *um estar no espirito* (quer dizer *um conceito*) e precisa: *as partes do tempo, de que nos apercebemos ao mesmo tempo, não têm qualquer fundamento racional positivo, a não ser no espirito, que aprende todas as partes que estão ao mesmo tempo em acto, e nelas concebe a sucessão, a anterioridade e a posterioridade*. Ockham, retomando a definição aristotélica — não explorada por S. Tomás — de que *o tempo é o número do movimento, sublinha que não se trata de uma definição segundo a coisa*, mas de uma *definição segundo o nome*⁽⁵⁰⁾. Projecta-se na escolástica um tempo novo, na mesma altura que os estudos sobre o *impetus* revolucionam a mecânica e que a perspectiva moderna começa a revolucionar a visão. O século

(48) Cfr. as lendas que envolvem os construtores de relógios, personagens fabulosas, que se chega a pensar terem concluído pacto com o diabo, tão misteriosa parece ser a sua ciência. Temos o exemplo da lenda do construtor do relógio de Praga.

(49) Quanto ao nascimento de uma prática e uma mentalidade de calculadores, cfr. o sugestivo artigo de U. Tucci, «Alle origini dello spirito capitalistico a Venezia: la prevision economica», *Studi in onore di Amintore Fanfani*, v. III, 1962.

(50) A partir do fim do século XIV, o relógio figura quase sempre nas miniaturas que representam príncipes nos seus palácios, nomeadamente os duques de Borgonha. Cfr. A. Chapuis, *De Horologis in Arte*, 1954.

(51) Citados por A. Maier, «Die Subjektivierung der Zeit in der scholastischen Philosophie», *Philosophia naturalis*, I, 1951 (pp. 387 e 391).

do relógio é também o do canhão e da profundidade do campo visual. Tempo e espaço transformam-se ao mesmo tempo, tanto para o sábio, como para o mercador.

Também talvez o tempo dos místicos, primeiramente dos grandes místicos renanos, seja o fruto de uma nova visão, de uma nova intuição que dá à vida da alma novas dimensões temporais⁽⁵¹⁾. A *devoção moderna* desenvolve-se ao ritmo do *Horologium Sapientiae* de Suso.

Em todo o caso, a nível de uma piedade mais acessível, mais mediana, o abalo é nítido. O tema eterno, antigo, da fuga do tempo encontrara-se no Cristianismo, simultaneamente exasperado e acalmado pela sua transformação no receio da morte eterna⁽⁵²⁾, incitamento à preparação da Salvação. Nada é mais precioso que o tempo — teria dito S. Bernardo — tema constantemente retomado e difundido pelos seus discípulos⁽⁵³⁾.

Porém, desde a primeira metade do século XIV, o tema define-se melhor, dramatiza-se. Perder tempo torna-se um pecado grave, um escândalo espiritual. Segundo o modelo do dinheiro, por imitação do mercador que, pelo menos na Itália, se torna um contabilista do tempo, desenvolve-se uma moral calculadora, uma piedade avara. Um dos mais significativos propagandistas da nova espiritualidade é o pregador em voga no princípio do século XIV, o Dominicano de Pisa, Domenico Cavalca, falecido em 1342. Na sua *Disciplina degli Spirituali* dedica dois capítulos à *perda de tempo*⁽⁵⁴⁾ e ao *dever de conservá-lo e de medi-lo*. A partir de considerações tradicionais sobre a preguiça e através de um vocabulário de mercador (o tempo perdido é para ele o talento perdido do Evangelho⁽⁵⁵⁾ — o tempo é já dinheiro!), chega à espiritualidade do emprego do tempo bem calculado. O preguiçoso que perde o seu tempo e não o mede é semelhante aos animais, não merece ser considerado um homem: *egli si pone in tale stato che è piu vile che quello delle bestie*. Nasce assim um humanismo à base do tempo bem calculado.

O homem do tempo novo é, com efeito, o *humanista* — e, em primeiro lugar, o humanista italiano da primeira geração, por volta de 1400 — ele próprio mercador ou próximo dos meios dos negócios — que trapõe

A nível psicológico não haverá subjectivação verdadeira e profunda do tempo, senão com o relógio individual — momento capital na tomada de consciência do indivíduo.

(52) Encontramos um ponto de partida no estudo de M. de Gandillac, *Valeur du temps dans la pédagogie spirituelle de Jean Tauler*, 1955.

(53) Sobre o sentido da morte em finais da Idade Média, aspecto da revolução da consciência temporal, os novos e fecundos estudos de A. Tenenti, *La vie et la mort à travers l'art du XV^e siècle*, 1952, e *Il senso della morte e l'amore della vita nel Rinascimento*, 1957.

(54) Os textos essenciais estão nas *Gaufridi declamationes ex S. Bernardi sermonibus* (Migne, PL, CLXXXIV, 465) e nos sermões de Guertli d'Igny (PL, CLXXXV, 90).

(55) São os capítulos XIX (pp. 127-133) e XX (pp. 133-137) na edição G. Boitani, 1838.

(56) *Ibidem*, p. 132.

a organização para a vida, se regula pelo emprego do tempo, significativa laicização do emprego de tempo monástico. No final de um manuscrito do *Elucidarium*, corrigido em princípios do século XV, Yves Lefèvre encontrou um destes empregos do tempo característicos do comportamento e da mentalidade do bom cristão humanista burguês⁽⁷¹⁾. Para o tempo de trabalho ele só reserva manhã — e tudo deve fazer-se de manhã. O burguês homem de negócios apenas trabalha meio dia, ao contrário do *laborator* popular. *Apres mangier* é o tempo do repouso (*reposer un heure* — uma hora nova!), do divertimento, das visitas. Tempo de lazer e da vida mundana das pessoas abastadas...

Assim, o humanista tem, como primeira virtude, o sentido e o bom emprego do tempo. Desta sensibilidade ao tempo, o seu biógrafo faz glória, por exemplo, a Gianozzi Manetti⁽⁷²⁾.

O tempo mais exactamente medido, o tempo da hora, o tempo dos relógios — que um humanista florentino da segunda metade do século XIV queria colocar em todos os gabinetes de trabalho⁽⁷³⁾ — torna-se um dos primeiros utensílios do homem.

O tempo é um dom de Deus e não pode, por isso, ser vendido. O tabu do tempo que a Idade Média opôs ao mercador é levantado no início do Renascimento. O tempo, que só pertencia a Deus, é agora propriedade do homem. A este respeito, deve ler-se com atenção o célebre texto de Leon Battista Alberti.

Gianozzo: Há três coisas que o homem pode dizer que lhe pertencem: a fortuna, o corpo...

Lionardo: E qual será a terceira?

Gianozzo: Ah! É uma coisa extremamente preciosa. Estas mãos e estes olhos não são tão meus como ela.

Lionardo: Maravilha! E o que é?

Gianozzo: O tempo, meu caro Lionardo, o tempo, meus filhos⁽⁷⁴⁾.

(71) Y. Lefèvre, *L'Elucidarium et les Lucidaires*, 1954, p. 279, n. 1. A partir do fim do século XIII, Filipe de Novara esboçara um emprego do tempo quotidiano muito próximo deste. Cfr. E. Faral, *La Vie Quotidienne au temps de Saint Louis*, 1938, pp. 23-24.

(72) *Pari racione dicebat, immortalem Deum praecepturum, atque ita, ut homines quot tempora vixissent, ipse Deus computaret quantum in dormiendo spatii, quantum in capiendis cibo ex necessitate posuissent, diligenter consideraturus annos, menses, dies, horas, atque momenta brevita... Ob hanc igitur causam, quod sibi datum erat, ad vivendum tempus ita dispensabat, ut ex eo nihil unquam perdidisse videretur* (*Vita Leonardi Manetti* a Naldo Naldo florentino scripta, Muratori, XX, 582). A importância deste texto fora reconhecida por H. Baron, loc. cit., p. 438.

(73) Cfr. H. Baron, loc. cit., p. 437.

(74) L. Battista Alberti, *I libri della famiglia*, ed. Cecil Grayson. *Opera vulgari*, t. I, 1960, pp. 168-169.

A partir de agora, o que conta é a hora nova, medida da vida: ... nunca perder uma hora de tempo⁽⁷⁵⁾.

A virtude cardeal do humanista é a temperança a que a nova iconografia⁽⁷⁶⁾ do século XIV dá como atributo o relógio — a partir de agora a medida de todas as coisas.

(75) *Ibidem*, p. 177.

(76) Cfr. A. Chapuis, op. cit. e H. Michel, «L'horloge de Sapience et l'histoire de l'horlogerie», *Physis*, t. II, p. 1960.